

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA
OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL



Nº 12

Dezembro de 2014
Salvador

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

EQUIPE DO OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL

COORDENADOR

Daniel Nicory do Prado

DEFENSORES MEMBROS

Alan Roque Souza de Araújo
Alessandro Moura dos Santos

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marcella Silva Santos

ANALISTA TÉCNICA EM DIREITO

Maria Alexandrina Rodrigues Lima

ESTUDANTES PESQUISADORES

Adilza Moniz
Bruno Rodrigues de Lima
Bianca Santos Souza
Cíntia Guimarães Lima
Diego Lopes Magalhães Santos
Edilane Figueiredo Costa
Lucas Santos de Castro
Natália Zem Siqueira
Roberta Santana Silva Dias
Robson Azevedo Silveira
Victor Souza Marçal

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. METODOLOGIA	3
3. FORMATO E PERIODICIDADE DAS PUBLICAÇÕES	4
4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS INDICADORES DOS TRIÊNIOS NOVEMBRO/2011-NOVEMBRO/2014 E DEZEMBRO/2011-DEZEMBRO/2014.	4
4.1. Situação das persecuções penais	4
4.2. Resultado das persecuções penais concluídas	5
4.3. Tipo de pena aplicada	5
4.4. Duração média da prisão cautelar	6
4.5. Indicadores sociais: Gênero do Preso	7
4.6. Indicadores temáticos: Drogas	7
5. CONCLUSÃO	8
ANEXO I – INDICADORES PROCESSUAIS	9
ANEXO II – INDICADORES SOCIAIS	14
ANEXO III - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO TRIÊNIO JANEIRO/2011 A JANEIRO/2014 AO TRIÊNIO DEZEMBRO/2011-DEZEMBRO/2014	15

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

1. APRESENTAÇÃO

A décima segunda edição do Boletim Mensal do Observatório da Prática Penal voltou a publicar uma quantidade reduzida de informações, tal como nos números seis, sete, nove, dez e onze, em razão da incompletude da base de dados.

Persistem, no entanto, dez tabelas contendo os dados mensais, e quinze gráficos por meio dos quais se poderá acompanhar a evolução, mês a mês, dos indicadores mais importantes.

2. METODOLOGIA

Nos meses de junho e julho, a incompletude da base de dados gerou a necessidade de complementação da coleta com uma nova metodologia, a saber, a consulta da ferramenta do Diário do Poder Judiciário, para a identificação dos autos de prisão em flagrante distribuídos no período, o que já foi explicado em detalhes no Boletim nº 06¹.

No mês de dezembro de 2011, estavam disponíveis na base de dados da Defensoria Pública acessada pelo Observatório apenas alguns autos de prisão em flagrante das Varas de Tóxicos.

Diante disso, a busca dos autos no Diário do Poder Judiciário, que funcionara como mera complementação metodológica nos referidos meses, sobretudo para compor o acervo das Varas de Tóxicos e de Violência Doméstica, acabou servindo como a principal ferramenta de localização dos casos, tal como já ocorrera nos meses de setembro, outubro e novembro de 2011.

Mesmo com esse obstáculo, foi possível identificar, no total, 70 (setenta) casos, sendo 39 (trinta e nove) deles das Varas de Tóxicos, 30 (trinta) das Varas Criminais e 1 (um) da Vara de Violência Doméstica.

Além disso, ficou claro que se tratou de mera coincidência a observação, no Boletim nº 09², de um número atipicamente elevado de persecuções penais por

¹ BAHIA. Defensoria Pública. Escola Superior. Observatório da Prática Penal. Boletim Mensal nº 06. Salvador. Jul-2014. Disponível em:
<http://www.defensoria.ba.gov.br/portal/arquivos/downloads/Boletim_06__Jul_2014__OPP_ESDEP_BA.pdf> Acesso em: 11 ago. 2014.

² Idem. Defensoria Pública. Escola Superior. Observatório da Prática Penal. Boletim Mensal nº 09. Salvador. Out-2014. Disponível em:
<http://www.defensoria.ba.gov.br/portal/arquivos/downloads/ESDEP/Boletim_09__Out_2014__OPP_ESDEP_BA.pdf> Acesso em: 23 out. 2014.

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

crimes de estelionato e contra a fé pública, que foram concluídas sem condenação, o que provocou anomalias em vários dos indicadores, desde o percentual de casos concluídos ao percentual de absolvições nas Varas Criminais, entre outros.

No mês de dezembro de 2011, objeto do presente boletim, os casos em tramitação nas Varas Criminais foram mais semelhantes aos verificados nos demais meses (predominantemente furtos e roubos) e, com isso, os índices voltaram a patamares mais compatíveis com a série histórica.

Assim, apesar do número reduzido de casos (o segundo menor entre todos os triênios em estudo), o seu número ainda é suficientemente grande para não desprezar as conclusões dela decorrentes, desde que se façam as devidas ressalvas, quando preciso.

3. FORMATO E PERIODICIDADE DAS PUBLICAÇÕES

O Observatório da Prática Penal tem o objetivo de publicar, com periodicidade mensal, boletins informativos com os indicadores mais gerais sobre as persecuções criminais iniciadas com prisões em flagrante, sempre que a amostra obtida tiver nível de confiança suficientemente alto para poder ser levado em consideração.

Outros documentos (relatórios gerais e estudos específicos) podem ser publicados com periodicidade variada (trimestral, semestral e anual), para aprofundar as análises dos boletins mensais, sempre que, aumentados o universo e a amostra, for possível encontrar resultados confiáveis para variáveis cuja análise dos dados coletados mensalmente não seria representativa da realidade da pesquisa.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS INDICADORES DOS TRIÊNIOS NOVEMBRO/2011-NOVEMBRO/2014 E DEZEMBRO/2011-DEZEMBRO/2014.

4.1. Situação das persecuções penais

Entre os triênios de Novembro/2011-Novembro/2014 e Dezembro/2011-Dezembro/2014, o percentual de persecuções concluídas caiu de 55,56% para 40,00%, a que corresponde uma elevação do percentual de persecuções em andamento, de 40,28% para 52,86%. Por fim, o percentual de persecuções penais

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

oscilou positivamente, dentro da margem de erro, de 4,17% para 7,14% (Gráfico 1).

Tal evento alterou a tendência dos últimos três meses e reconduziu os percentuais de persecuções concluídas e em andamento para os patamares mais frequentemente observados desde o início da série histórica.

Quando se observa o percentual de persecuções concluídas, por tipo de vara, vê-se que as taxas de resolução de casos nas Varas de Tóxicos e nas Varas Criminais voltaram a ter alterações significativas, respectivamente, caindo de 58,82% para 51,28%, e de 50,00% para 26,67%.

Por fim, a taxa de resolução da Vara de Violência Doméstica caiu para 0,00%, o que, apesar da pouca confiabilidade da amostra, em razão do seu tamanho reduzido, corresponde a patamares frequentemente observados ao longo da série histórica (Gráfico 2).

4.2. Resultado das persecuções penais concluídas

Entre os triênios de Novembro/2011-Novembro/2014 e Dezembro/2011-Dezembro/2014, o percentual de condenações teve uma elevação significativa, de 35,00%, o mais baixo da série histórica, para 64,29%, o mais alto da série histórica, a que correspondeu uma redução significativa no percentual de absolvições, de 40,00% para 28,57%, e de desclassificações, de 17,50% para 3,57% (Gráfico 3).

Por fim, os casos de declínio de competência e extinção da punibilidade oscilaram negativamente, dentro da margem de erro, respectivamente, de 2,50% para 0,00% e de 5,00% para 3,57% (Gráfico 3).

4.3. Tipo de pena aplicada

O percentual de aplicação da pena privativa de liberdade, na passagem do triênio Novembro/2011-Novembro/2014 para o triênio Dezembro/2011-Dezembro/2014, caiu de 57,14% para 27,78%, o mais baixo da série histórica, a que correspondeu uma elevação significativa do percentual de aplicação de penas restritivas de direitos, de 42,86% para 72,22%, o maior da série histórica (Gráfico 4).

Entre os crimes que admitem a substituição da prisão, voltaram a ser registradas condenações por furto, com 50,00% de aplicação da pena de prisão, enquanto o mesmo indicador, para o tráfico privilegiado, subiu de 0,00% para 12,50%, o que deixa claro que a redução no percentual geral de aplicação da pena prisional se

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

deveu à maior representação, dentro da amostra, de casos das Varas de Tóxicos (Gráfico 5).

4.4. Duração média da prisão cautelar

A duração média da prisão cautelar voltou a ter uma variação significativa, subindo de 101 para 139 dias, do triênio Novembro/2011-Novembro/2014 para o triênio Dezembro/2011-Dezembro/2014.

Pode-se ver que, além do aumento geral, houve aumentos setoriais, tanto no tempo médio de encarceramento dos presos das Varas Criminais (de 79 para 95 dias), como no tempo de encarceramento nas Varas de Tóxicos (de 130 para 180 dias). O tempo de prisão cautelar na Vara de Violência Doméstica caiu de 34 dias, o maior da série histórica, para 1 dia, o menor da série histórica, mas o número reduzido de casos em análise significa que a amostra é pouco confiável e pouco interferiu na média geral.

Observando o outro indicador, referente aos percentuais de encarceramento durante todo o processo, incluindo a fase recursal (Gráfico 7), pode-se notar que, pela primeira vez em toda a série histórica, a média geral e, por consequência, todos os indicadores setoriais caíram para 0,00%, o menor valor registrado.

Além disso, voltaram a ocorrer variações sazonais significativas no tempo médio de prisão de acordo com o resultado do processo (Gráfico 10). Do triênio Novembro/2011-Novembro/2014 para o triênio Dezembro/2011-Dezembro/2014, houve aumento na duração da prisão dos réus condenados (de 184 para 213 dias), dos casos de desclassificação (de 60 para 119 dias) e dos casos de extinção da punibilidade (de 54 para 125 dias), enquanto houve queda no tempo de encarceramento cautelar dos réus absolvidos (de 133 para 124 dias).

Por fim, pela quinta vez em doze triênios, os condenados a penas restritivas de direitos tiveram tempo médio de prisão superior (218 dias), ao dos condenados à pena privativa de liberdade (198 dias).

O quinto episódio dessa natureza, tal como já se dissera no triênio anterior, contrariou todas as hipóteses anteriormente formuladas para tentar explicar porque o tempo de prisão cautelar dos condenados à prisão foi inferior ao dos condenados a penas alternativas.

Embora a necessidade cautelar (*periculum libertatis*) não esteja rigorosamente relacionada com a natureza ou a gravidade do delito imputado ao réu, a proporcionalidade entre a medida cautelar aplicada e o resultado final do processo tem sido cada vez mais levada em conta pela doutrina e pela jurisprudência como um princípio orientador e, por isso, surpreende e preocupa que, com tanta frequência, a privação de liberdade, antes do julgamento, de pessoas não condenadas à prisão, seja mais prolongada que a dos próprios sentenciados à pena privativa de liberdade.

4.5. Indicadores sociais: Gênero do Preso

Do triênio Novembro/2011-Novembro/2014 para o triênio Dezembro/2011-Dezembro/2014, a participação feminina nos processos, em geral, teve uma redução significativa, de 13,89% para 7,14% (Gráfico 12), a que corresponderam uma oscilação negativa, dentro da margem de erro, nas Varas de Tóxicos (de 11,76% para 10,26%), e reduções nas Varas Criminais (de 14,71% para 3,33%) e na Vara de Violência Doméstica (de 25,00% para 0,00%).

Assim como no triênio anterior, o fato de a amostra ser mais reduzida (70 casos) do que o normal torna as conclusões a respeito menos confiáveis e as oscilações decorrentes da aleatoriedade mais prováveis (Gráfico 13).

4.6. Indicadores temáticos: Drogas

Em razão da já mencionada incompletude na base de dados, não foi possível acompanhar, no Triênio Dezembro/2011-Dezembro/2014, a evolução de diversos indicadores relacionados aos dados extraídos dos autos de prisão em flagrante, como o local da prisão, a quantidade ou a natureza da droga, a idade do acusado e a posse ou não de armas que, no período, só puderam ser observados nos casos concluídos, o que compromete a segurança da amostra.

No que foi possível mensurar, da passagem do triênio Novembro/2011-Novembro/2014 para o triênio Dezembro/2011-Dezembro/2014, percebeu-se uma elevação significativa nos percentuais de condenação (de 25%, o mais baixo da série histórica, para 55%) a que correspondeu uma redução expressiva no percentual de desclassificações (de 30,00% para 5%), tendo o percentual de absolvições permanecido estável, em 40,00%.

5. CONCLUSÃO

Com a divulgação dos resultados do Observatório da Prática Penal, a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia espera cumprir, de forma mais adequada, as suas funções institucionais de produzir e divulgar conhecimento científico em Direito, contribuindo para o debate público, com dados coletados e tratados de forma rigorosa e imparcial, capazes de embasar a atuação da própria Defensoria Pública e de outras instituições estatais ou da sociedade civil.

Salvador, 23 de dezembro de 2014.

DANIEL NICORY DO PRADO
Coordenador do Observatório da Prática Penal

ANEXO I – INDICADORES PROCESSUAIS
PRISÕES EM FLAGRANTE EM DEZEMBRO/2011 – SALVADOR
SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2014

TABELA 1 – SITUAÇÃO DAS PERSECUÇÕES PENAIS INICIADAS EM PRISÕES EM FLAGRANTE, TRÊS ANOS DEPOIS DE SUA REALIZAÇÃO

SITUAÇÃO DAS PERSECUÇÕES PENAIS, TRÊS ANOS DEPOIS	% TODAS AS VARAS	CASOS	% TÓXICOS	CASOS	% CRIMINAL	CASOS	% VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASOS
CONCLUÍDAS	40,00%	28	51,28%	20	26,67%	8	0,00%	0
EM ANDAMENTO	52,86%	37	43,59%	17	63,33%	19	100,00%	1
SUSPENSAS	7,14%	5	5,13%	2	10,00%	3	0,00%	0
TOTAL	100%	70	100%	39	100%	30	100%	1
NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	99%		99%		99%		NÃO CONFIÁVEL	
ERRO AMOSTRAL	3%		4%		3%		NÃO CONFIÁVEL	

TABELA 2 – RESULTADO DAS PERSECUÇÕES PENAIS CONCLUÍDAS, POR VARA

RESULTADO DA PERSECUÇÃO PENAL, DE ACORDO COM A VARA	% TODAS AS VARAS	CASOS	% TÓXICOS	CASOS	% CRIMINAL	CASOS	% VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASOS
CONDENAÇÃO	64,29%	18	55,00%	11	87,50%	7	N/A	0
DESCLASSIFICAÇÃO	3,57%	1	5,00%	1	0,00%	0	N/A	0
ABSOLVIÇÃO	28,57%	8	40,00%	8	0,00%	0	N/A	0
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	3,57%	1	0,00%	0	12,50%	1	N/A	0
DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	N/A	0
TOTAL	100%	28	100%	20	100%	8	N/A	0
NÃO INFORMADO	*	0	*	0	*	0	N/A	0
NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	99%		99%		99%		N/A	
ERRO AMOSTRAL	3%		4%		3%		N/A	

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

TABELA 3 – TIPO DE PENA APLICADA, DE ACORDO COM A VARA

TIPO DE PENA APLICADA, DE ACORDO COM A VARA	TODAS AS VARAS	CASOS	TÓXICOS	CASOS	CRIMINAL	CASOS	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASOS
PRIVATIVA DE LIBERDADE	27,78%	5	27,27%	3	28,57%	2	N/A	0
RESTRITIVA DE DIREITOS	72,22%	13	72,73%	8	71,43%	5	N/A	0
EXCLUSIVAMENTE PATRIMONIAL	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	N/A	0
TOTAL	100%	18	100%	11	100%	7	N/A	0
NÃO INFORMADO	*	0	*	0	*	0	N/A	0
NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	99%		95%		95%		N/A	
ERRO AMOSTRAL	5%		6%		5%			

TABELA 4 – TIPO DE PENA APLICADA A DELITOS QUE ADMITEM A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO

TIPO DE PENA APLICADA, DE ACORDO COM O DELITO	FURTO	CASOS	TRÁFICO PRIVILEGIADO	CASOS
PRIVATIVA DE LIBERDADE	50,00%	1	12,50%	1
RESTRITIVA DE DIREITOS	50,00%	1	87,50%	7
EXCLUSIVAMENTE PATRIMONIAL	0,00%	0	0,00%	0
TOTAL	100%	2	100%	8
NÃO INFORMADO	*	0	*	0
NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	NÃO CONFIÁVEL		95%	
ERRO AMOSTRAL	NÃO CONFIÁVEL		6%	

TABELA 5 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, POR VARA

DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, EM DIAS, DE ACORDO COM A VARA	TODAS AS VARAS	TÓXICOS	CRIMINAL	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
DIAS DE PRISÃO	139	180	95	1
CASOS	50	28	21	1
NÃO INFORMADA	20	11	9	0
PRESOS DURANTE TODA A INSTRUÇÃO, SEM DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE	0	0	0	0
% PRESOS DURANTE TODA A INSTRUÇÃO, SEM DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	99%	99%	95%	N/A
ERRO AMOSTRAL	4%	4%	5%	N/A

TABELA 6 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, DE ACORDO COM A MOVIMENTAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL

DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, EM DIAS, DE ACORDO COM A MOVIMENTAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL	DIAS DE PRISÃO	CASOS	NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL
CONCLUÍDAS	181	28	95%	6%
EM ANDAMENTO	95	20	95%	6%
SUSPENSAS	23	2	NÃO CONFIÁVEL	NÃO CONFIÁVEL

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

TABELA 7 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, DE ACORDO COM O RESULTADO DA PERSECUÇÃO PENAL.

DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, EM DIAS, DE ACORDO COM O RESULTADO DA PERSECUÇÃO PENAL	DIAS DE PRISÃO	CASOS	NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL
CONDENAÇÃO	213	18	95%	5%
DESCLASSIFICAÇÃO	119	1	95%	5%
ABSOLVIÇÃO	124	8	95%	5%
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	125	1	95%	5%
DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA	N/A	0	95%	5%

TABELA 8 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, DE ACORDO COM O TIPO DE PENA APLICADA

DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, DE ACORDO COM O TIPO DE PENA APLICADA	DIAS DE PRISÃO	CASOS	SOLTURA NÃO INFORMADA (CASOS)	PRESOS DURANTE TODA A INSTRUÇÃO (CASOS)	NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL
PRIVATIVA DE LIBERDADE	198	5	0	0	99%	5%
RESTRITIVA DE DIREITOS	218	13	0	0	99%	5%
EXCLUSIVAMENTE PATRIMONIAL	N/A	0	0	0	N/A	
NÃO INFORMADA	N/A	0	0	0	N/A	

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

TABELA 9- DURAÇÃO MÉDIA DAS FASES DAS PERSECUÇÕES PENAIS CONCLUÍDAS, EM DIAS, POR TIPO DE VARA

DURAÇÃO MÉDIA DAS FASES DA PERSECUÇÃO PENAL, EM DIAS, DE ACORDO COM A VARA	TODAS AS VARAS	CASOS	TÓXICOS	CASOS	CRIMINAL	CASOS	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASOS
FASE PRÉ-PROCESSUAL	39	63	33	34	45	28	104	1
PROCESSO PENAL (1º GRAU)	392	24	342	16	547	7	#DIV/0!	0
PERSECUÇÃO PENAL	407	28	357	20	595	7	#DIV/0!	0
NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA	95%		95%		95%		NÃO CONFIÁVEL	
ERRO AMOSTRAL	5%		5%		5%		NÃO CONFIÁVEL	

ANEXO II – INDICADORES SOCIAIS

PRISÕES EM FLAGRANTE – DEZEMBRO/2011 – SALVADOR

TABELA 10 – GÊNERO DO PRESO, DE ACORDO COM O TIPO DE VARA

GÊNERO	% TODAS AS VARAS	CASOS	% TÓXICOS	CASOS	% CRIMINAL	CASOS	% VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASOS
MASCULINO	92,86%	65	89,74%	35	96,67%	29	100,00%	1
FEMININO	7,14%	5	10,26%	4	3,33%	1	0,00%	0
NÃO INFORMADO	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0
TOTAL	100,00%	70	100,00%	39	100,00%	30	100,00%	1

Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

ANEXO III - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO TRIÊNIO JANEIRO/2011 A JANEIRO/2014 AO TRIÊNIO DEZEMBRO/2011 A DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 1 – SITUAÇÃO DAS PERSECUÇÕES PENAIS, TRÊS ANOS APÓS O SEU INÍCIO

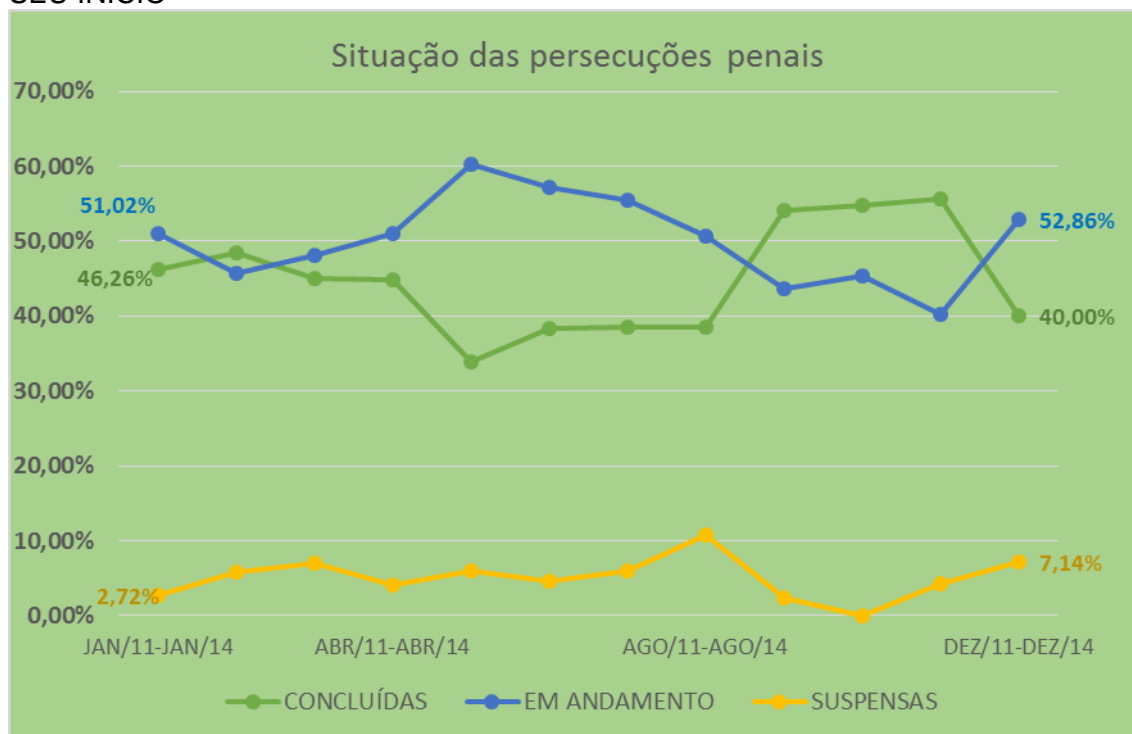
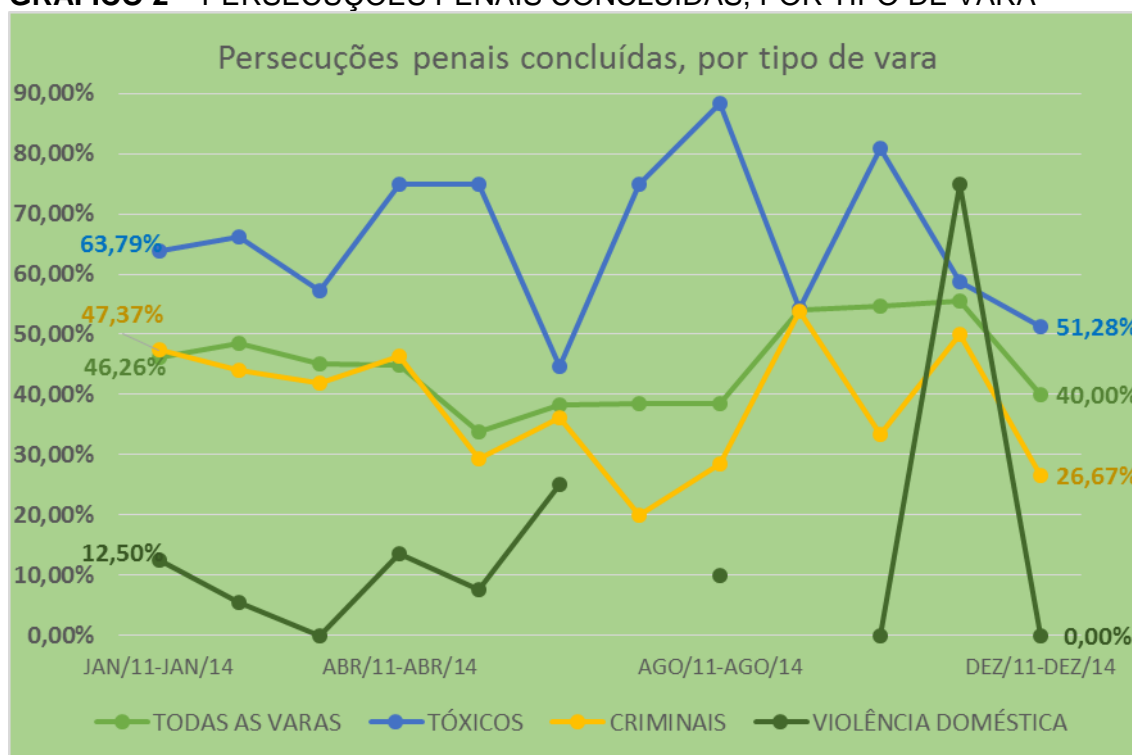


GRÁFICO 2 – PERSECUÇÕES PENAIS CONCLUÍDAS, POR TIPO DE VARA



Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 3 – RESULTADO DAS PERSECUÇÕES PENAIS CONCLUÍDAS

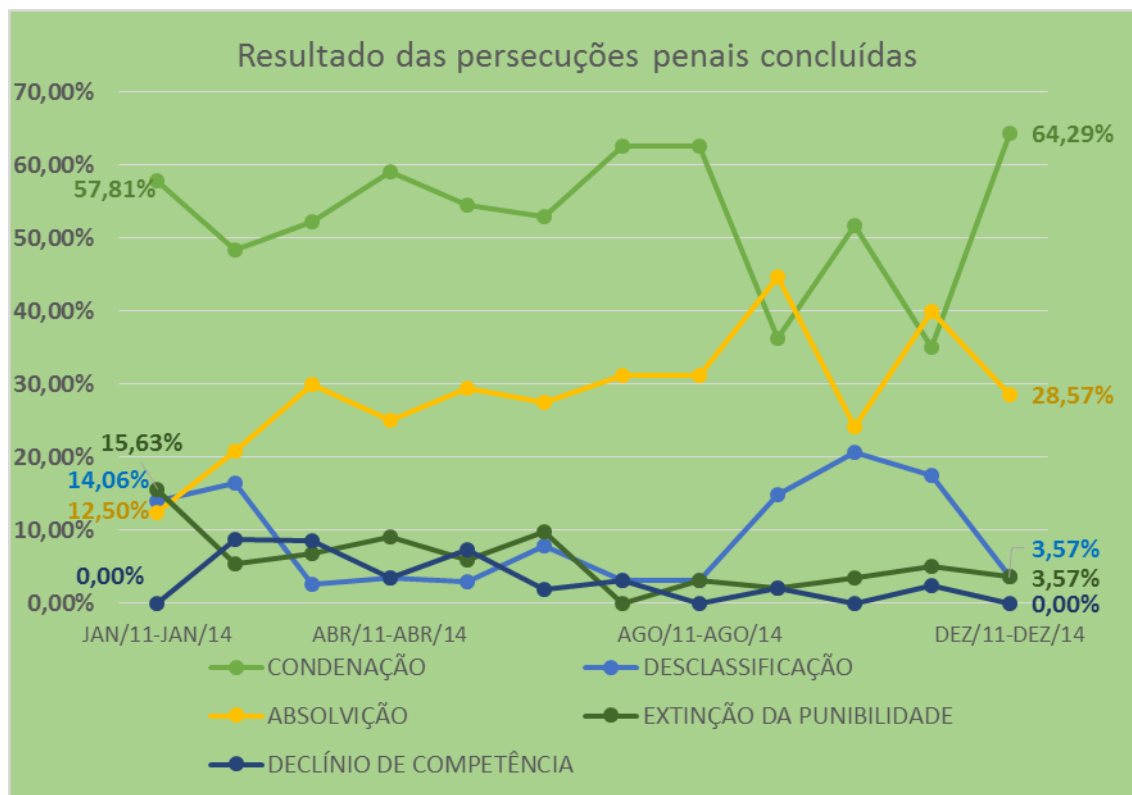
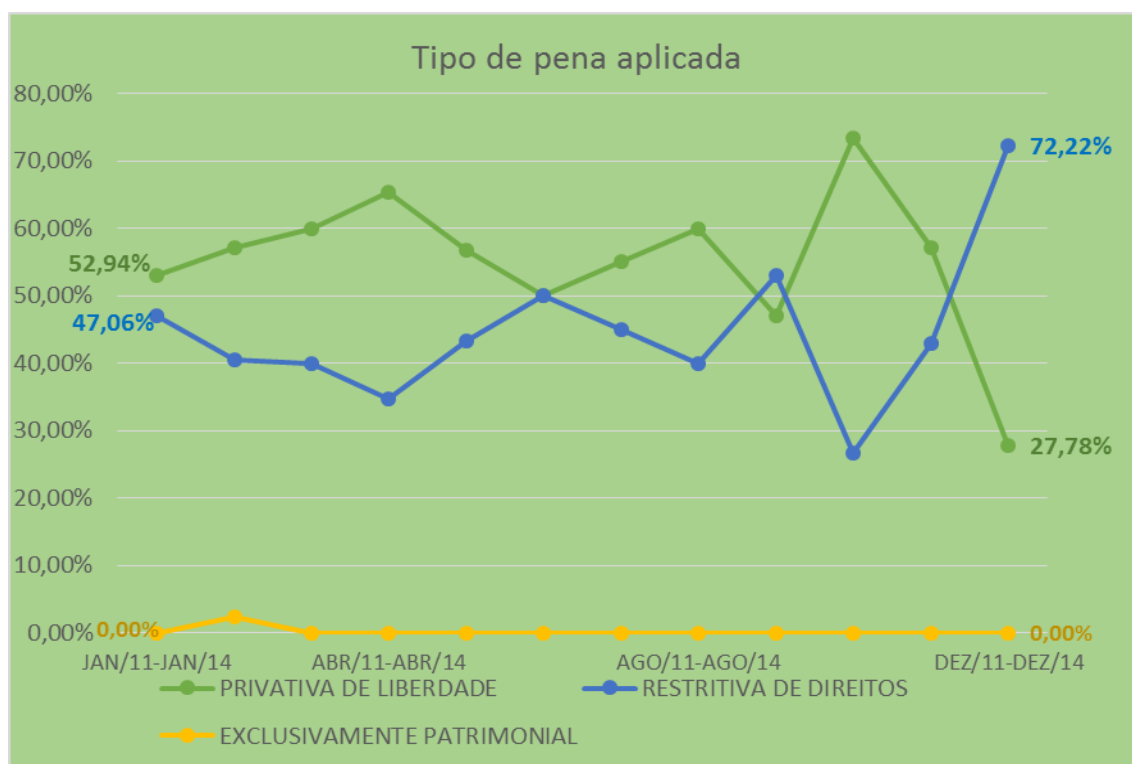


GRÁFICO 4 – TIPO DE PENA APLICADA, NOS CASOS DE CONDENAÇÃO



Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 5 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA A CONDENADOS POR DELITOS QUE ADMITEM SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO

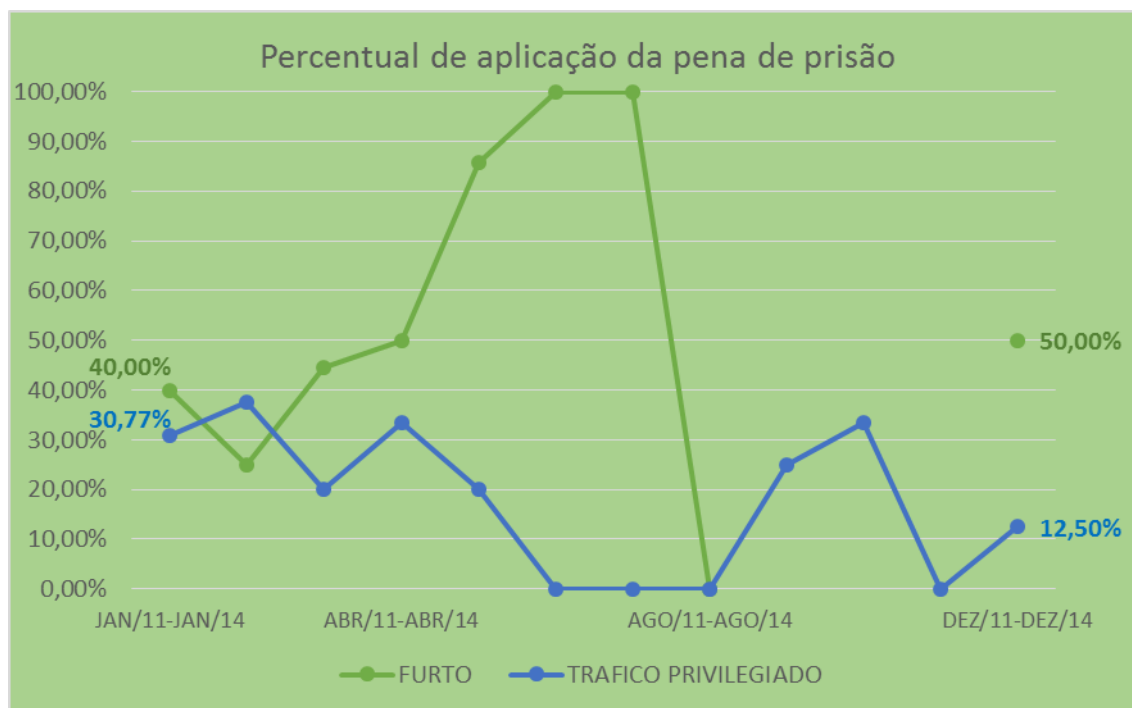
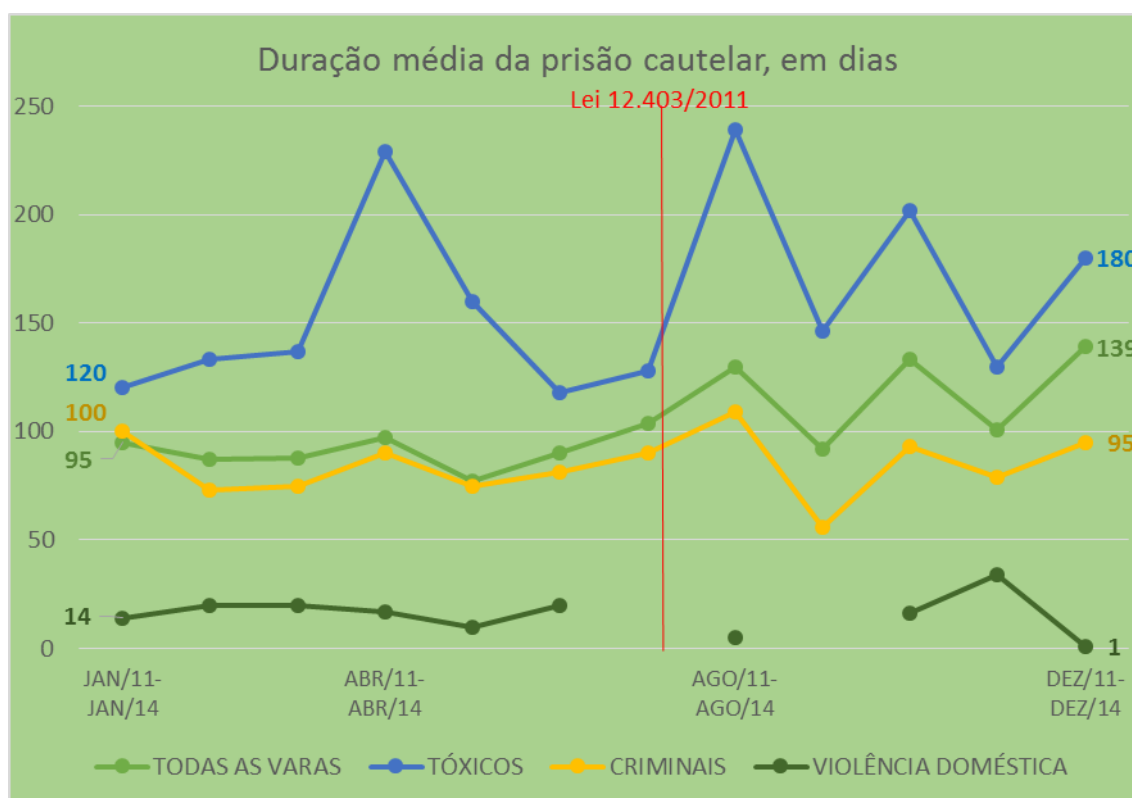


GRÁFICO 6 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, POR TIPO DE VARA





Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 7 – PERCENTUAL DE PRESOS DURANTE TODA A INSTRUÇÃO, SEM DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE, POR TIPO DE VARA

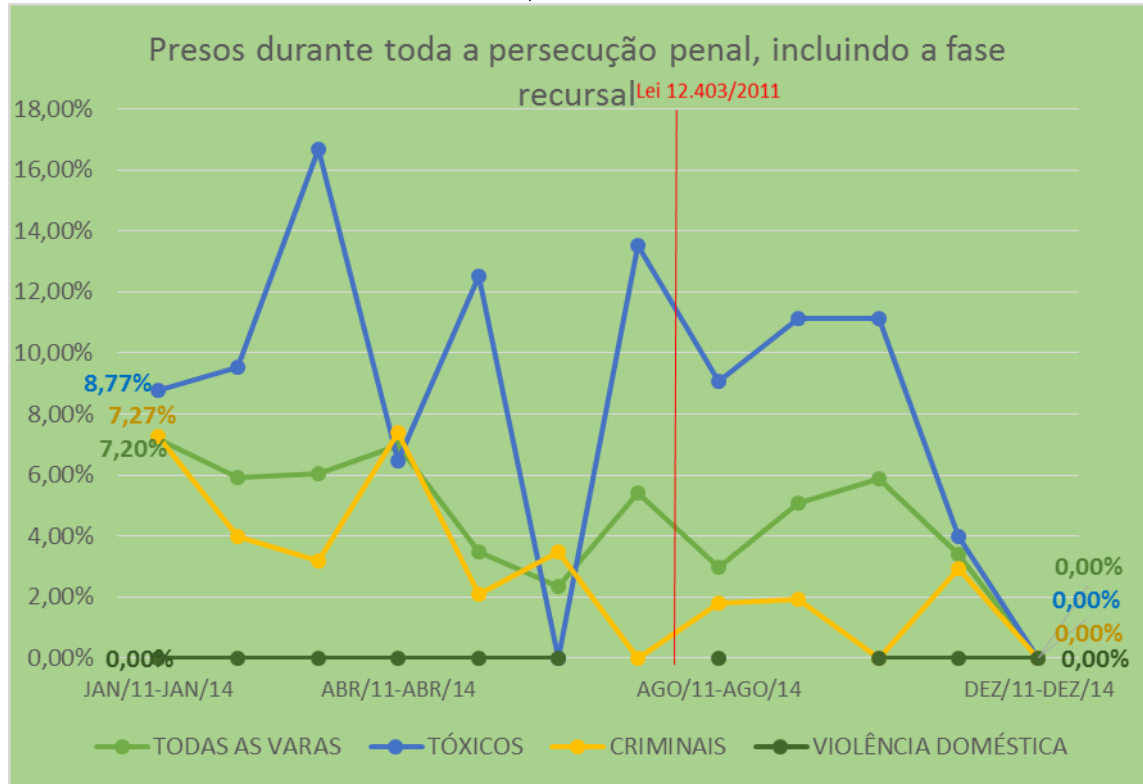
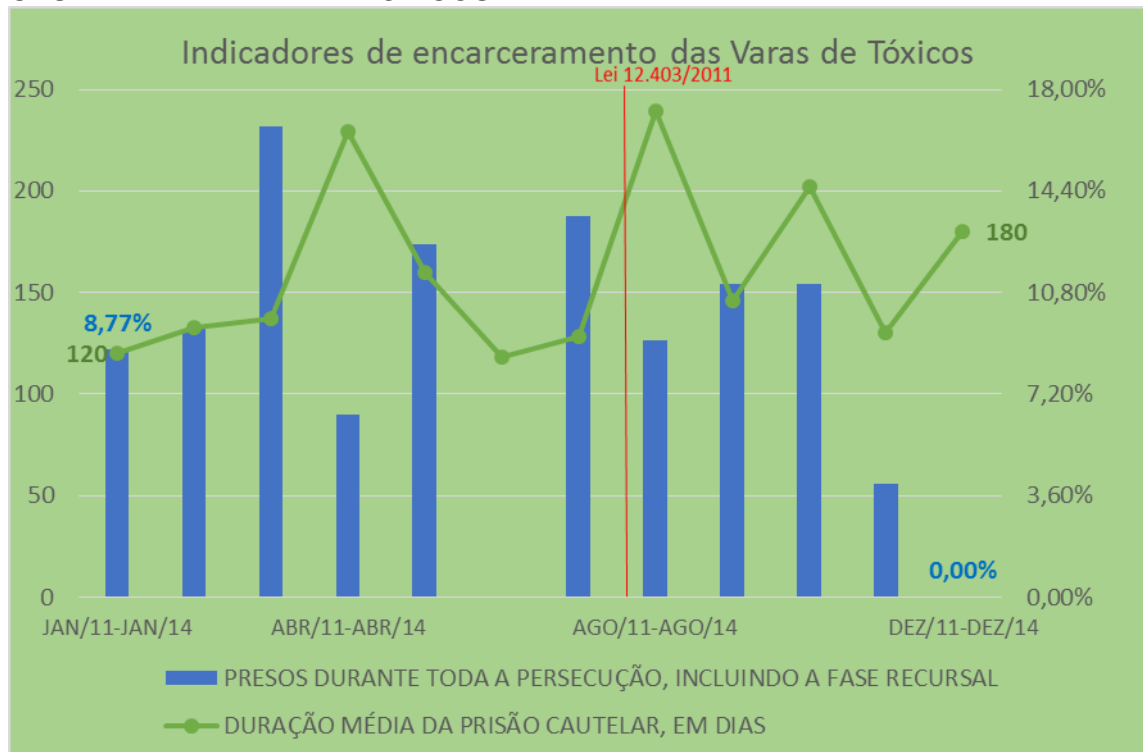


GRÁFICO 8 - COMPARAÇÃO DOS INDICADORES DE ENCARCERAMENTO CAUTELAR NA VARA DE TÓXICOS



Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 9 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, DE ACORDO COM A MOVIMENTAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL

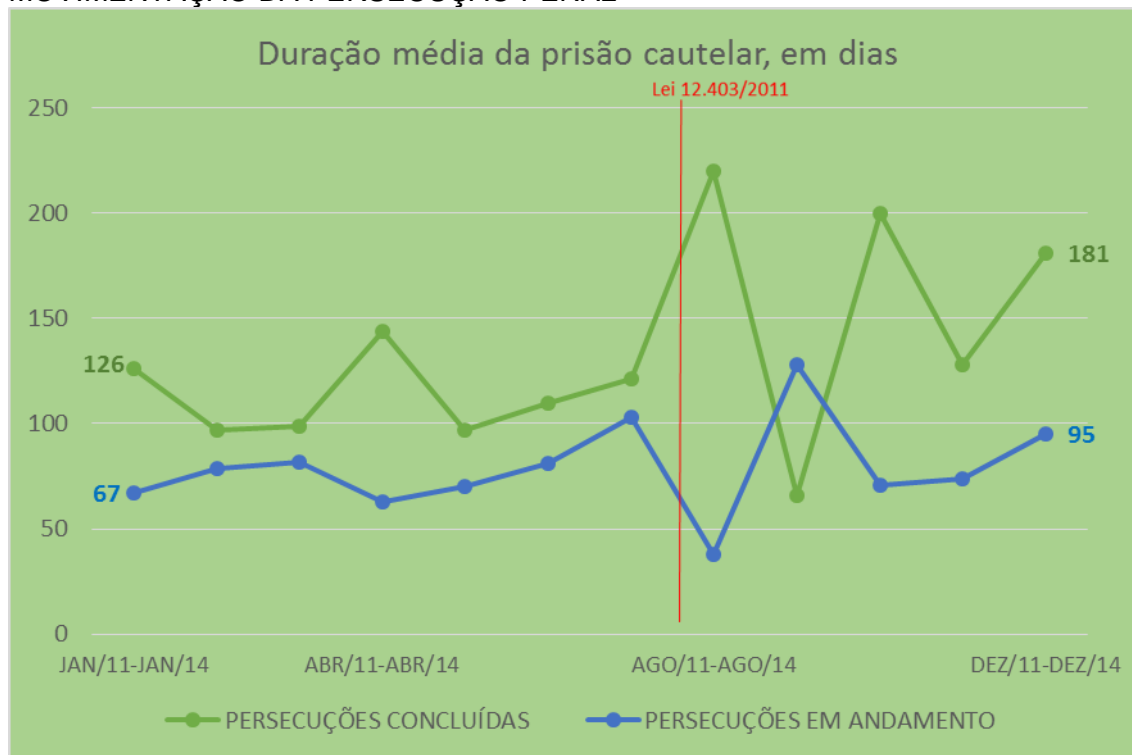
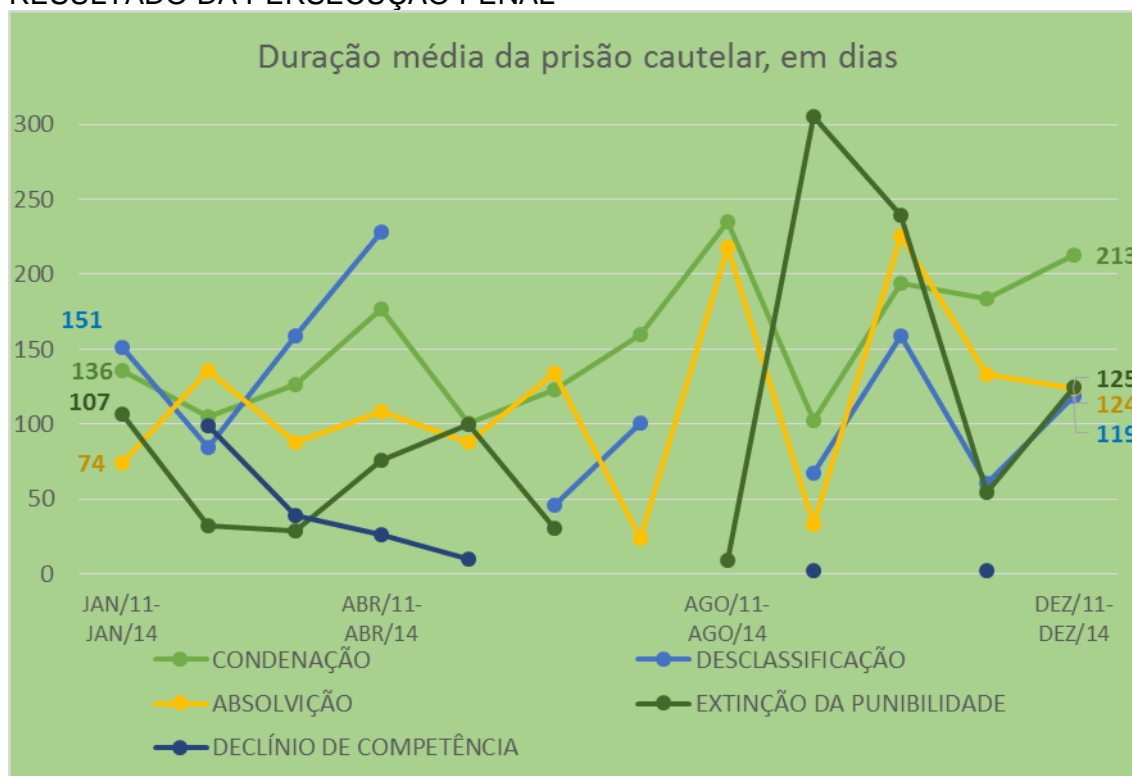


GRÁFICO 10 – DURAÇÃO MÉDIA DA PRISÃO CAUTELAR, DE ACORDO COM O RESULTADO DA PERSECUÇÃO PENAL



Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 11 – INDICADORES DE ENCARCERAMENTO CAUTELAR, DE ACORDO COM O TIPO DE PENA APLICADA

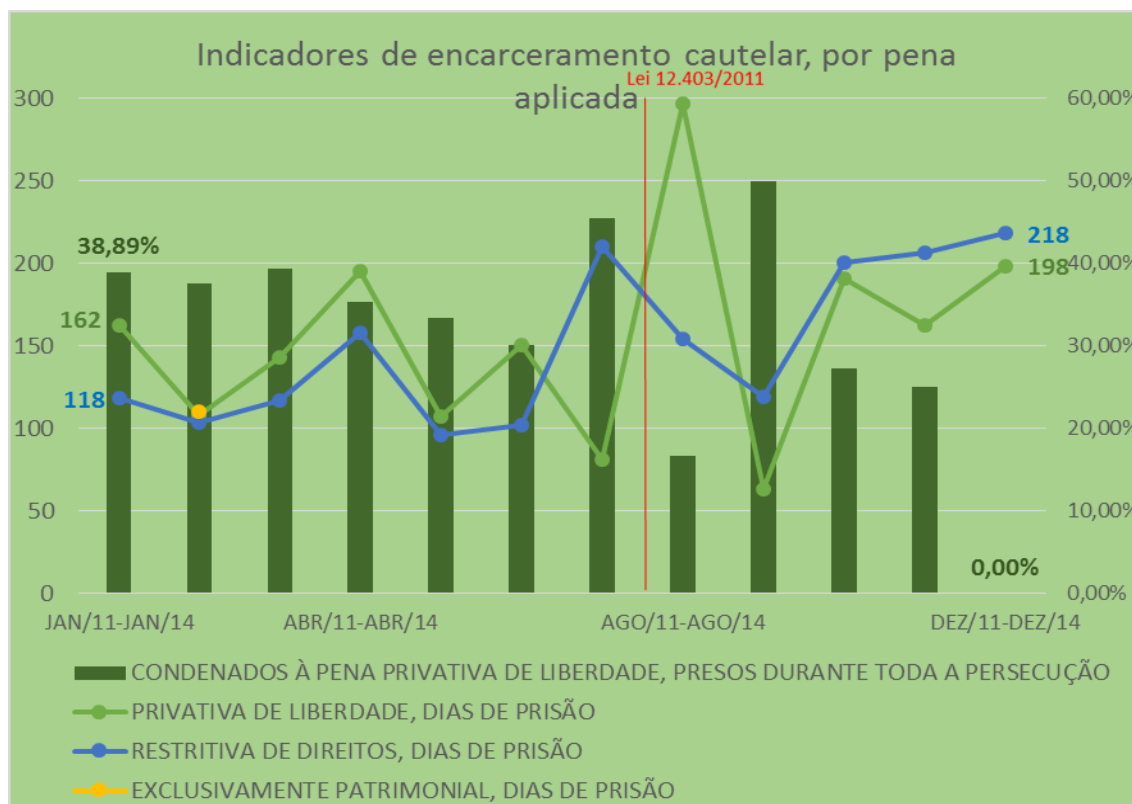
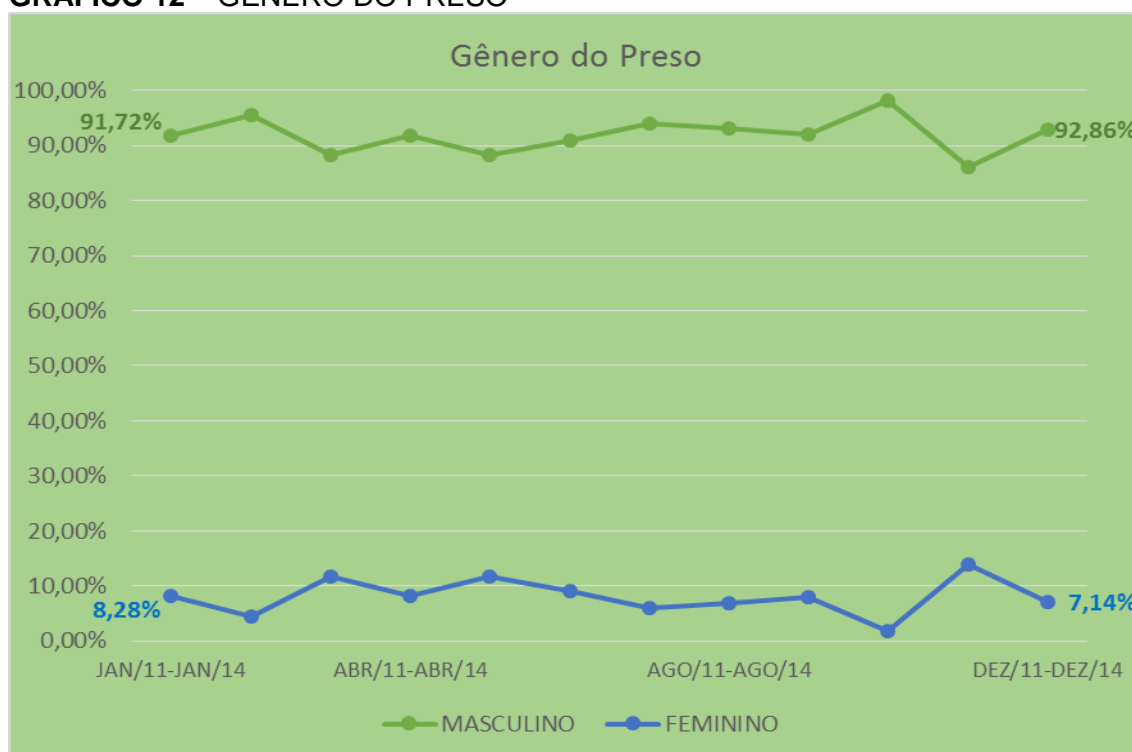


GRÁFICO 12 – GÊNERO DO PRESO





Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO FEMININA, POR TIPO DE VARA

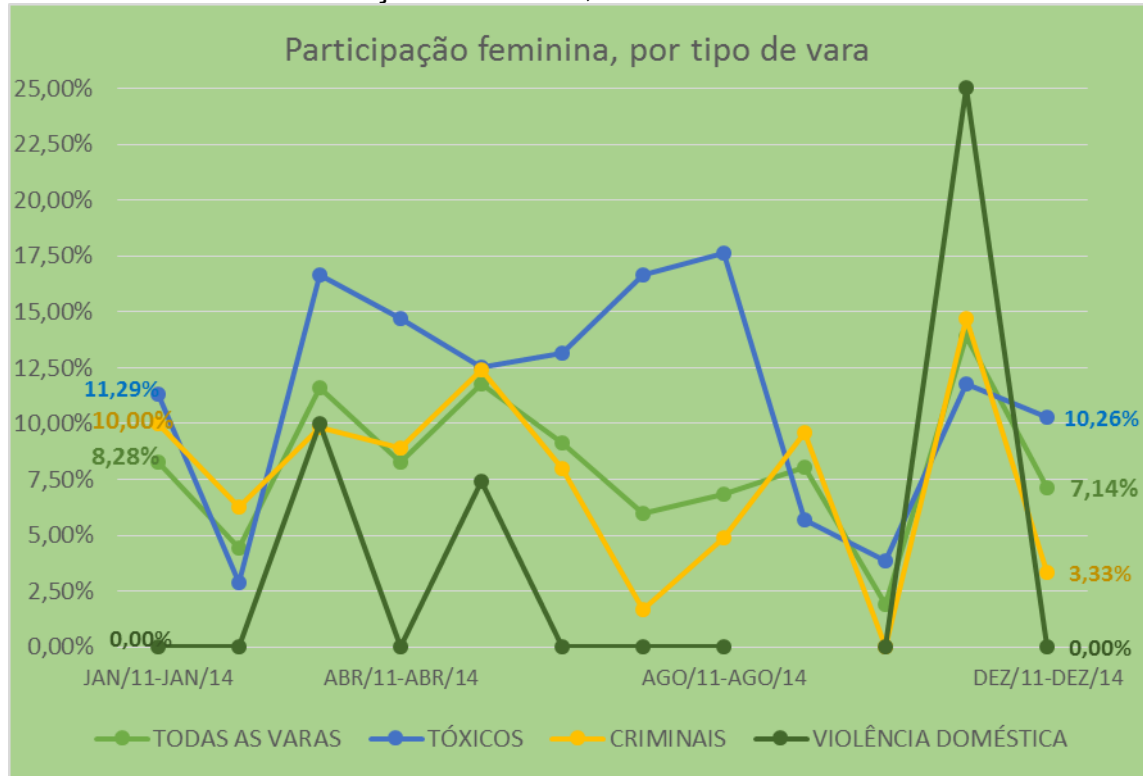
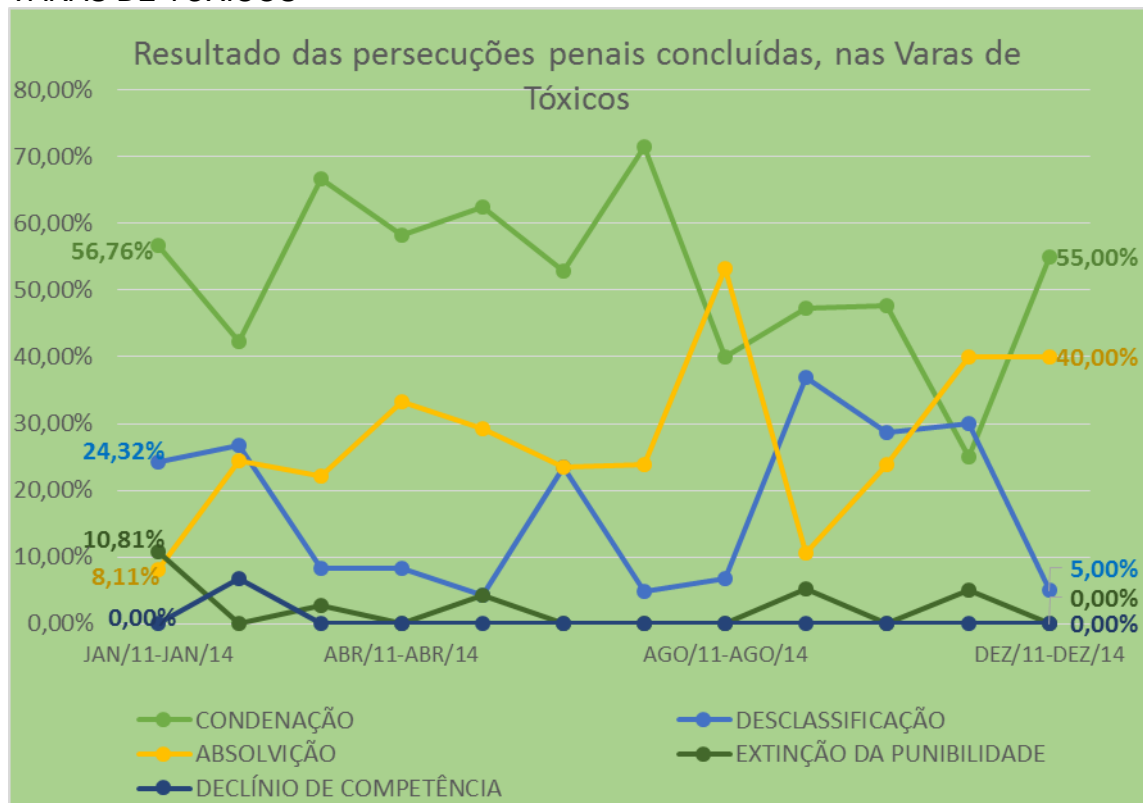


GRÁFICO 14 – RESULTADO DAS PERSECUÇÕES PENAIS CONCLUÍDAS, NAS VARAS DE TÓXICOS



Instituição essencial à Justiça

OBSERVATÓRIO DA PRÁTICA PENAL – BOLETIM Nº 12 – DEZEMBRO/2014

GRÁFICO 15 – RESULTADO DAS PERSECUÇÕES PENAIS CONCLUÍDAS, NAS VARAS CRIMINAIS

